

MOVIMENTO LGBT E VIOLÊNCIAS CONTÍNUAS: CENÁRIO NOS ANOS DE 2019 E 2020 NO BRASIL

Andréa Kelmer de Barros

*Doutora pelo curso de Política Social da Universidade Federal
Fluminense - UFF. andrea.kelmer@gmail.com*

Resumo

Este artigo apresenta o cenário atual de violências, preconceitos e assassinatos de pessoas LGBTs. Seleccionamos o período de 2019 e 2020, após a posse do atual presidente da República do Brasil, onde traçamos um panorama deste quadro que se agrava na redução de políticas públicas para esta população, aumento das violências, suicídios e assassinatos. Para tanto, fizemos uso de dados disponíveis em órgãos governamentais e não governamentais, jornais de circulação nacional e importantes grupos que realizam pesquisas sobre a realidade vivenciada pelas pessoas LGBTs no Brasil, como a ANTRA e o Grupo Gay da Bahia. Para a construção das análises e debate teórico, autores como Simões e Facchini (2009), Oliveira e Mott (2020) e Barroco (2014), dentre outros, foram importantes fontes para elucidar o processo histórico e a atual realidade vivenciada pelas pessoas LGBTs. Verificamos, ao final da pesquisa, que nos dois últimos anos houve ampliação nos casos de violências múltiplas, casos de suicídios e manifestações LGBTfóbicas, agravando ainda mais as condições de vida destas pessoas. Contudo, constatamos uma força resiliente e renovada de luta e participação política da população LGBT, que se ampliou nas eleições municipais de 2020, o que traz esperança e convicção de que suas vozes não podem e não serão silenciadas.

Palavras-chave: LGBT. Assassinatos, Violências, LGBTfobia.

Introdução

Este artigo tem como objetivo central apresentar um quadro atual dos ataques violentos, assassinatos e preconceitos sofridos pelas pessoas LGBTQs. O período selecionado para a pesquisa foram os anos de 2019 e 2020. Ainda que possa parecer um período breve, o número de notícias trágicas sobre o tema em tela é alarmante. Tanto assim, que foi feita uma seleção deste, para que o artigo pudesse contemplá-las sem exceder em páginas e não cansasse o leitor.

O que nos motiva a realizar tal debate é o assombro que nos causa termos completado em 2020 quatro décadas de lutas, debates, enfrentamentos por parte de movimentos sociais, parte do judiciário, lideranças políticas e ainda assim vivenciarmos um quadro tão repleto de violências e assassinatos entre esta população.

Os dados apresentados neste artigo são resultados de pesquisas realizadas pelas mais importantes Organizações Governamentais e Não Governamentais, movimentos sociais brasileiros e alguns jornais on line que divulgam notícias com razoável frequência. Estas pesquisas selecionadas não são apenas números e dados. Falam de vidas que estão morrendo todos os dias, muitas vezes sem a visibilidade necessária. A pesquisa bibliográfica conta ainda com debates de diversos autores e autoras que estudam a temática e nos ajudam a entender o processo histórico das lutas e organizações LGBTQ, além de nos elucidar sobre o atual cenário desafiador vivenciado por esta população.

Este artigo visa contribuir com a visibilidade desta situação atual para que possamos entender que devemos construir uma sociedade livre destes casos agressivos, livres de preconceitos e da divisão social entre o “nós” e os “outros”. Acreditamos que o debate, a exposição desta situação pode nos levar a mudanças, reflexões sobre nossas ações e omissões.

Breve história do Movimento LGBTQ no Brasil

A sigla LGBTQ, e diversas outras variáveis, que veremos ainda neste tópico, é resultado de várias mudanças ao longo de décadas. Referenciados como loucos, pervertidos, doentes e pecadores, os homossexuais no Brasil iniciaram na década de 1980, grupos e movimentos contra as constantes formas simbólicas e criminosas de

violências que sofriam. Castells (1999) menciona três fatores que contribuíram para o nascimento dos movimentos sociais homossexual: o clima de rebelião presente nos movimentos sociais dos anos 1960, que fez com que homossexuais de diferentes lugares começassem a se assumir enquanto tais; a resistência à violência contra a homossexualidade exercida pela sociedade, que causou revolta até mesmo entre aqueles que só pretendiam viver de forma reservada e tranquila sua homossexualidade; e o questionamento feito ao patriarcalismo pelo movimento feminista, que não só questionou o que é ser mulher, mas também a masculinidade e os papéis sociais representados pelos homens.

Fraser (2010) nos informa que nos anos de 1970/80, a luta pelo “reconhecimento da diferença” parecia carregada de promessas de emancipação. Muitos se uniram às bandeiras da sexualidade, gênero, etnicidade e “raça”. Castells (1999) acrescenta que foi nas décadas de 1970 a 1990 que movimentos sociais em defesa dos direitos de gays e lésbicas explodiram ao redor do mundo, tendo início nos Estados Unidos em 1969-70, posteriormente chegando à Europa, espalhando-se pelo mundo a fora. Desde então, o movimento espalhou-se significativamente no mundo e no Brasil, principalmente após o advento da AIDS, que em seu início atingiu, sobremaneira, a comunidade homossexual masculina, sendo apelidada até mesmo de “câncer gay”.

Parker (1994) afirma que foram exatamente os homossexuais que começaram a se organizar no Brasil, divulgando a importância do sexo seguro, combatendo veementemente a ideia de que a AIDS era uma doença de gay. Conforme o autor, no próprio campo médico esta defesa foi sendo abandonada, pois os estudos comprovaram que o vírus poderia ser transmitido a qualquer ser humano, homo ou heterossexual. Contudo, conforme Simões e Facchini (2009, p. 51-52)

Expressões como “peste gay” persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, esperma e outros fluidos corporais. Mas a epidemia contribuiu também para mudar dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de intolerância, violência

e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível.

No ano de 1997, na cidade de São Paulo, ocorreu a primeira parada do orgulho gay (que comemora o Dia do Orgulho Gay em 28 de junho). As paradas se tornaram frequentes em diversas cidades e capitais brasileiras, chegando a atrair mais de três milhões de pessoas nos anos 2000 (RYAN, 1992). Segundo Ramos (2005, p.35), “estima-se que em 2004 esse evento tenha reunido em torno de quatro milhões de pessoas nas 42 cidades onde ele se realizou”. Fischer (2008, p.139) nos informa ainda que no ano de 2008 foram contabilizadas mais de duzentas paradas em todo o Brasil, o que torna o Brasil o país com maior número de paradas gays no mundo.

Além das paradas e de uma visibilidade nacional antes nunca vista no país, ainda nos anos de 1990 os homossexuais conquistaram alguns avanços no campo político. A própria Constituição Federal do país demarcou como crime as atitudes de violência contra a vida e contra a pessoa, o que incluiu necessariamente os homossexuais. Posteriormente, o guia dos direitos humanos do LGBT confirma e defende este princípio. “Qualquer atitude de violência ou agressão contra homossexuais é crime e deve ser punido, pois sua dignidade deve ser garantida assim como é garantida a todos: “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante””. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16).

Ainda na década de 1990, o Brasil assina dois acordos com o Banco Mundial, denominados AIDS I (em 1994) e AIDS II (em 1998), com vistas a incentivar ONGs a formular e implementar políticas de prevenção e combate à epidemia. A partir do ano 2000, abre-se um amplo debate entre o Ministério da Saúde e ONGs brasileiras no incentivo ao trabalho voluntário e sem fins lucrativos, colocando as ONGs como principais agentes de formulação e desenvolvimento de ações políticas de combate à AIDS. O início deste novo século é marcado por um crescimento cada vez maior de ONGs que representam as pessoas LGBT. Cada grupo, em cada região do Brasil, se faz representar apresentando suas demandas específicas e se unindo em campanhas nacionais contra a homofobia e controle da AIDS.

Seguindo esta importante luta política, no ano de 1995, a então Deputada Marta Suplicy, apresentou um projeto de lei (Lei1151/95)

para regularizar a união entre homossexuais. A lei não foi aprovada como casamento, mas sim como uma solidariedade mútua, ou como uma sociedade entre os companheiros gays. Em sua fundamentação para a criação desta lei, Suplicy demarcou:

Vivemos em uma sociedade que nos educa para a heterossexualidade. E não é só para a heterossexualidade. O indivíduo é mais cidadão quando heterossexual, homem, branco e rico. Essa é a realidade da sociedade em que vivemos. E essa visão normatizadora, cristalizadora da sexualidade impede que se veja o outro como pessoa singular, que se foi desenvolvendo como ser único (...). Passa-se a perceber que a sociedade não é feita dessa forma. São muitas as formas de ser. Nós estereotipamos, mas as pessoas não se portam dessa forma. (GUIA DE DIREITOS HUMANOS GLBT, 2008, p.16)

A partir daí, os casais homossexuais passaram a ter direitos a heranças e pensões, como em qualquer casamento. Fischer (2008) acrescenta dizendo que no ano de 1999 o Conselho Federal de Psicologia promulgou uma resolução restringindo a discriminação à orientação sexual. A partir daí, tornou-se antiético propor uma cura à homossexualidade, e que nos tratamentos buscados, os profissionais do campo da psicologia devem esclarecer que a homossexualidade não é uma doença. No final do ano de 2001, com a morte da cantora brasileira Cássia Eller, o tema da adoção por casais homossexuais ganhou grande espaço na mídia, por decorrência da disputa em torno da guarda de seu filho entre o pai de Cássia Eller e sua companheira Maria Eugênia. Este caso “acabou por estimular inúmeras matérias jornalísticas preocupadas em dar visibilidade a muitos gays e lésbicas com filhos”. (TARNOVSKI, 2004, p. 386)

Silvia Ramos (2005) também nos informa sobre uma grande conquista em maio de 2004. Naquele ano, foi lançado em Brasília, o Programa Brasil sem homofobia¹: combate à violência e à discriminação e promoção à cidadania homossexual, dando maior notoriedade ainda ao movimento no país.

1 De acordo com Ramos (2005) o Programa Brasil sem homofobia é dedicado a uma travesti integrante do movimento homossexual no país, conhecida como Janaina, falecida pouco tempo antes do lançamento do Programa.

O programa tem ações voltadas ao apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia; na capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; na disseminação de informações sobre direitos, de promoção da auto-estima homossexual; e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT. (BRASIL, 2004, p. 11).

Avançou no Brasil também a luta organizada das lésbicas. No dia 19 de agosto de 2003, foi instituído o “Dia Nacional do Orgulho Lésbico”. Jimena Furlani (2005) nos explica que esta data foi escolhida por marcar a data em que há mais de vinte anos, um grupo de lésbica entregava um boletim lésbico em um bar na cidade de São Paulo, quando foi vítima de ações de violenta homofobia. As lésbicas historicamente não se identificam muito com o termo homossexual e, segundo Furlani (2005, p.229)

Embora a palavra *gay* tenha sido usada como termo guarda-chuva de toda a homossexualidade, ela não deixa de ser uma expressão da convenção cultural que escolheu o gênero masculino, na forma escrita, no tratamento generalizado. Uma convenção que se estabeleceu em disputas sociais de poder e que encontra resistência daqueles grupos que não se sentem totalmente representados pelo termo. Um exemplo disso é a inclusão, cada vez mais comum, de termos a Associação Brasileira de *Gays* e Lésbicas (ABGL) que hoje é ABGLTT (Associação Brasileira de *Gays* Lésbicas, Travestis e Transexuais).

No cenário atual, se configura a união estável entre casais do mesmo sexo como entidade familiar. Por unanimidade, pelo placar 10 votos a zero, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram em 05 de maio de 2011 a união estável para casais do mesmo sexo. Desde então, companheiros em relação homoafetiva duradoura

e pública, terão os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por homens e mulheres².

No mês de fevereiro do ano de 2019 a criminalização da homofobia começou a ser votada no Supremo Tribunal Federal (STF) com votos em sua maioria a favor. A votação, que trata os crimes de homofobia como crimes de racismo, foi encerrada no dia 13 de junho do mesmo ano, com oito votos a favor e três contrários³. Outra importante decisão ocorreu no dia 09 de abril de 2019, quando a então ministra do STF, Cármen Lúcia, concedeu uma liminar que proíbe a terapia de reversão sexual, popularmente conhecida como “cura gay”. Esta importante liminar corrobora com o entendimento do Conselho Federal de Psicologia que proíbe, desde 1999, psicólogos a oferecerem serviços que proponham o tratamento da homossexualidade, considerando a sexualidade uma doença⁴. Mais recentemente, em maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal tornou obrigatória a doação de sangue por parte da população LGBT, que era impedida de tal iniciativa até então⁵.

Outra importante conquista recente foi a publicação feita pelo Conselho Federal de Medicina em janeiro de 2020 sobre novas resoluções para procedimentos de transição de gênero para pessoas trans e travestis, incluindo terapia hormonal e cirurgias. O Conselho passa a recomendar a idade mínima para a cirurgia de redesignação sexual, a partir dos 18 anos, e não mais aos 21 anos, como era até então. Na publicação feita no Diário Oficial da União, o CFM determinou que para adolescentes menores de 16 anos e crianças trans, seja feito acompanhamento psicológico, porém sem a intervenção de quaisquer tratamentos hormonais⁶.

2 Dados obtidos no Portal G1, acesso em 05 de maio de 2011.

3 Fonte: PUTTI, Alexandre. Crimes de ódio contra a população LGBT serão punidos na forma do crime de racismo, cuja conduta é inafiançável e imprescritível. www.CartaCapital.com.br. Acesso em 15 de Junho de 2019.

4 Fonte: PUTTI, Alexandre. Terapia da “cura gay” é proibida pelo STF. www.CARTACAPITAL.com.br. Acesso em 25 de Abril de 2019.

5 Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF. Fonte: <http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>. Acesso em 03 de julho de 2020.

6 Fonte: Conselho Federal de Medicina também alterou a faixa etária para a cirurgia de redesignação sexual de 21 para 18 anos, www.CARTACAPITAL.com.br. 09 de janeiro de 2020. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

Para além das conquistas supracitadas, o movimento homossexual no Brasil enfrentou problemas internos, divisões e questionamentos por parte de alguns grupos que não se sentiam bem representados. Um bom exemplo é a própria nomenclatura “movimento homossexual”. Nos primórdios do movimento homossexual no Brasil, a expressão utilizada pelo grupo que o representava até o ano de 1992, era movimento homossexual brasileiro. Será no ano de 1993 que o termo *lésbica* aparecerá, no Encontro de Homossexuais realizado naquele ano. Em 1995 ocorreu o VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas, em Curitiba, quando se deu a fundação da ABGLT - Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis. Foi no ano de 2005 que os termos bissexuais e transexuais foram incluídos no Encontro Homossexual daquele ano. Foi somente na segunda metade dos anos de 1990 que as lésbicas e as travestis se organizaram em um movimento, passando a lutar politicamente no país⁷. Até essa época, a presença de homossexuais era praticamente homogênea nos encontros e movimentos organizados.

Nosso objetivo é mostrar que até chegarmos à nomenclatura LGBT, houve conflitos, onde determinados segmentos se sentiam mais ou menos representados. Simões e Facchini (2009, p.146) nos esclarecem esta questão, afirmando que nesta luta, nem tudo são flores.

Nem tudo são flores e cores, porém. Manifestaram-se também diversos focos de conflito entre as diversas identidades que compunham o movimento. Pulularam acusações de “misoginia gay” e de “androfobia lésbica”. Gays foram acusados de promiscuidade e desrespeito ao espaço e ao ambiente do evento,

7 Em 1993 e 1994 haviam sido realizados dois encontros de “Travestis e Liberados” relacionados inicialmente com as atividades desenvolvidas pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), do Rio de Janeiro. Com o surgimento de novas associações de travestis, esses congressos passaram a ocorrer em outras cidades do país e foram denominados Encontros de Travestis e Transexuais que Atuam na Luta e Prevenção à Aids, mantendo a sigla Entlaids. Organizações de travestis estiveram representadas pela primeira vez no movimento por ocasião do VII Encontro Nacional de Gays e Lésbicas de 1995, realizado em Curitiba. A partir daí, o termo “travestis” foi incorporado ao nome dos futuros encontros nacionais. Em 29 de agosto de 1996, foi realizado no Rio de Janeiro o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE), a partir de iniciativa do Coletivo de Lésbicas do Rio de Janeiro (COLERJ). Desde então, foram realizadas seis edições do Senale. A data do primeiro Senale foi consagrada como Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p. 142-143)

enquanto lésbicas foram acusadas de reprimir a liberdade de expressão. Algumas ativistas lésbicas se posicionaram como “mulheres” e questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, argumentando que travestis, em última instância, eram “homens”, o que provocou uma discussão bastante acalorada. Duas redes nacionais de associações lésbicas se formaram em 2003 e 2004. Em 2005, realizou-se o XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, em Brasília, no qual foi lançado o coletivo de transexuais e se deu a incorporação dos bissexuais ao movimento, adotando-se a sigla LGBT e convencionando-se que o “T” deve contemplar travestis, transexuais e transgêneros.

A incorporação dos bissexuais junto ao movimento também foi cercada de muita polêmica. Simões e Facchini (2009) explicam.

O esforço tem sido tornar visível a presença de bissexuais e, ao mesmo tempo, evitar que ela se dê de forma separada dos outros segmentos. Outra estratégia tem sido questionar as imagens depreciativas de “enrustimento”, irresponsabilidade e falta de compromisso político, atribuídas a bissexuais por muitos ativistas gays e lésbicas.

Somam-se a estas questões, reclamações das travestis, que se queixam da constante violência que vivenciam nas ruas e da discriminação que sofrem cotidianamente. Por não se identificarem como homossexuais, por vezes se vêem sem o apoio necessário para suas demandas. Simões e Facchini (2009, p.35) consideram que a luta homossexual no Brasil abriu portas para diversos estudos e ações contra a homofobia, tão pouco combatida nos primórdios da organização dos homossexuais. Segundo eles

A partir da década de 1990, gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais protestaram as normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades. (SIMÕES E FACCHINI, 2009, p.53).

No ano de 2000 foi criada a ANTRA⁸ - Associação Nacional de Travestis e Transexuais. O seu registro de pessoa jurídica em cartório ocorreu no ano de 2002. A ANTRA realiza projetos e produz materiais didáticos informativos, também desenvolve dossiês e boletins de pesquisas que retratam os assassinatos de travestis e transexuais no Brasil.

Atualmente existem algumas siglas utilizadas por ativistas, autores e organizações que atuam na defesa e proteção da população LGBT. As mais utilizadas são LGBTQ, ou LGBTQI+ e ainda LGBTQIA+. Faremos uma breve explicação das letras que foram sendo inseridas ao longo dos anos, que podem ser estranhas a alguns leitores pouco habituados às mesmas. As letras iniciais LGBT são mais conhecidas, então optamos por esclarecer os significados apenas das que se seguem a estas.

A letra Q significa *QUEER*. De acordo com Louro (2001, p. 546), o termo *queer*

assumido por uma vertente dos movimentos homossexuais precisamente para caracterizar sua perspectiva de oposição e de contestação. Para esse grupo, *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora. A política *queer* está estreitamente articulada à produção de um grupo de intelectuais que, ao redor dos anos 90, passa a utilizar este termo para descrever seu trabalho e sua perspectiva teórica.

A letra I contempla as pessoas intersexo. Intersexual é o termo usado para descrever pessoas que nascem com características

8 A ANTRA é fruto de diversos encontros e debates de ONGS existentes desde a década de 1990, que, ao longo de duas décadas, foram se transformando e questionando seus objetivos e segmentos, até chegarem à ANTRA no ano de 2000. Toda esta história pode ser encontrada no site da ANTRA, <https://antrabrasil.org/>. Acesso em 26 de dezembro de 2020.

sexuais biológicas que não se encaixam nas categorias típicas do sexo feminino ou masculino. Desde o ano de 2020, se tornou oficial a Abraintersexo, também conhecida apenas por ABRAI. Trata-se da Associação Brasileira de intersexos, que luta para dar visibilidade a estas pessoas e contra a mutilação genital de bebês intersexo no país. A letra A abarca pessoas assexuadas. Aquelas não sentem atração sexual por outras pessoas, independente do gênero. Existem diferentes níveis de assexualidade e é comum que estas pessoas não veem as relações sexuais humanas como prioridade. O símbolo + visa contemplar outras orientações sexuais e de gênero não contempladas na sigla. Uma sigla mais recente, ainda pouco conhecida e raramente utilizada é a LGBTQQICAPF2K+⁹.

Apesar dos avanços e conquistas alcançados pelo movimento homossexual, no que tange à sua representatividade e expressividade, medidas repressoras e de controle sexual ainda são vivenciadas no Brasil. As formas preconceituosas e pejorativas no tratamento dado às lésbicas, aos homossexuais, aos bissexuais ou às travestis também não desapareceram. Sobre este ponto, Duarte (2011, p.86) nos diz que

A perseguição às lésbicas, aos gays, aos bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) não é novidade, trata-se de um fenômeno observável há muito tempo. Apesar das novas identidades constituídas pela sociabilidade contemporânea para os velhos estereótipos e representações socioculturais de um passado não

9 A parte inicial (LGBTQ) tem o mesmo significado que já explicamos acima. De acordo com site da UOL, a segunda letra Q presente nesta sigla, são os questionadores sobre sua própria sexualidade e orientação sexual; a letra I se refere aos intersexos; a letra C dá espaço aos curiosos sobre o tema, sobre as possibilidades de sua própria sexualidade; a letra A são os assexuados, que podem não sentir atração sexual por nenhum gênero; a letra P fala dos pansexuais e/ou polisssexuais, que não vivenciam suas sexualidade apenas com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto de forma exclusiva, que não são adeptos da monogamia, e que circulam entre todas estas possibilidades; a letra F inclui os familiares e amigos de pessoas que fazem parte deste grupo contemplado nas demais letras; o número 2 é sobre as pessoas de dois espíritos, abarcando pessoas que têm sua sexualidade explicadas por vias espirituais e definidas por elas; e a letra K, fala de formas de excitação sexuais que não perpassam pelo universo heterossexual. Como na sigla mais recorrentemente utilizada LGBTQIA+, esta nova sigla mantém o sinal gráfico + com o mesmo significado. Fonte: Alguns ativistas querem mudar a sigla LGBTQ+ para LGBTQQICAPF2K+. Entenda. In: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/06/29/algunsativistasqueremmudarasilgalgbtparalgbtqqicapf2k.entenda.htm>. Aces so em 24 de dezembro de 2020.

tão recente, “sapatão”, “viado”, “bicha”, “gilete” e “boneca” são rotulações e discriminações para esses sujeitos que ainda persistem em viver de forma singular suas sexualidades, a despeito de insistirem em enquadrá-los no lugar próprio da patologia, do desvio, da segregação e exclusão social.

É exatamente este o enfoque deste artigo. Queremos apresentar dados referentes aos anos de 2019 e 2020 que mostram que as violências e preconceitos, além de não superadas, permanecem muitas vezes “naturalizadas”, indicando que as pessoas LGBTs estão desamparadas, e expostas cotidianamente ao medo e à incerteza de sobreviverem quando saem para ir ao mercado, ou sentar num bar para conversar com amigos.

Cenário atual: os anos de 2019 e 2020

Os anos de 2019 e 2020 foram difíceis e desafiadores para a população LGBT. Segundo dados da revista Carta Capital¹⁰, o Brasil passou do 55º lugar em 2018 para o 68º em 2019 no ranking do site Spartacus dos países mais acolhedores para a comunidade LGBT. Este dado significa uma queda de 13 posições em relação ao ano de 2018 e, na comparação com os últimos 10 anos, o tombo é ainda maior: 49 posições. Em 2010, os brasileiros chegaram a ocupar o 19º lugar. A grande preocupação com este dado é que esta redução no acolhimento significa aumento no número de casos de violência e ações preconceituosas.

Além disso, o Brasil está no ranking dos países que mais matam pessoas trans no mundo, mais da metade dos assassinatos acontecem aqui, de acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). A violência contra essa população é tão severa, que de acordo com dados do IBGE, a expectativa de vida dessas pessoas não ultrapassa os 35 anos, o que representa a metade da média nacional da expectativa de vida da população brasileira¹¹.

10 Fonte: Brasil cai 13 posições no ranking de países seguros para LGBTs. Em: <https://www.cartacapital.com.br/>. Acesso em 20 de março de 2019.

11¹² Fonte: BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da médianacional. <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/>

A população LGBT sofreu diversos ataques nos anos de 2019 e 2020, após a eleição para presidente do país, do candidato pelo Partido Social Liberal, o capitão reformado Jair Messias Bolsonaro, que também foi deputado federal por sete mandatos (entre 1991 e 2018).

Soma-se a isto a dificuldade de diálogo e aproximação com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos humanos¹², que atualmente está sob o comando de uma Ministra que tem feito declarações homofóbicas e preconceituosas. Logo após sua posse, declarou que é chegada uma nova era em que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. A Ministra também critica a educação brasileira, acreditando haver grupos que pretendem implantar uma “ideologia de gênero” e “doutrinar” as crianças incentivando-as a se tornarem homossexuais. Ela ainda demonstra convicção ao afirmar que sexo entre duas mulheres é uma aberração¹³.

Já no primeiro ano de governo de Jair Bolsonaro, em 2019, foi aprovada a MP 870/19 que exclui a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos. Desde então a pasta pertence ao Ministério da mulher, família e direitos humanos. No mês de agosto de 2019, a ministra se reuniu com o grupo Psicólogos em Ação, chapa que à época, concorria à eleição para o Conselho Federal de Psicologia. A equipe defendia a cura gay. Damares também participou de reunião com o grupo Movimento Ex-Gays do Brasil, que reúne pessoas que se dizem “curados” da homossexualidade¹⁴.

especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional.20/06/2017. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

12 Criado em 17 de abril de 1997 e recriado em 03 de fevereiro de 2017, este ministério do governo federal brasileiro visa implementar, promover e assegurar os direitos humanos no país. Busca a ampliação de espaços de cidadania para mulheres, idosos, pessoas com deficiência e crianças. Com a eleição do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, em outubro de 2018, está à frente deste Ministério, desde o início de 2019 a pastora Damares Alves. Fonte: www.mdh.gov.br. Acesso em 30 de setembro de 2019.

13 Estas falas da Ministra Damares Alves podem ser encontradas em revistas e jornais online como a revista fórum. com. br; revista exame.abril.com.br; e portalg1. globo.com.

14 Fonte: PUTTI, Alexandre. Damares recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT. CARTA CAPITAL, 8 de agosto de 2019. Acesso em 10 de agosto de 2019.

Segundo o Conselho Nacional dos Direitos Humanos - CNDH (2019)¹⁵ no governo de Jair Bolsonaro quase todos os conselhos de direitos e de participação social foram extintos já no início de seu mandato, inclusive o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), por meio do Decreto nº 9.759 de 11 de abril de 2019. O Conselho entende que esta atitude do governo federal foi um ataque à democracia participativa e à participação popular, e aos direitos da população LGBT. Em junho de 2019 o CNDH publicou uma nota de repúdio à extinção do CNCD LGBT, propondo ao governo federal que esta medida fosse revista, respeitando a luta histórica do movimento LGBT e dos direitos humanos.

Segundo Oliveira e Mott (2020) há 40 anos, o Grupo Gay da Bahia (GGB) coleta informações e divulga o relatório anual de mortes violentas de LGBT no Brasil. No relatório de 2019, consta um total de 329 mortes violentas de LGBTs, 297 homicídios e 32 suicídios. O relatório mostrou que em 2019 houve redução das mortes violentas de LGBTs. O ano recorde foi 2017, com 445 mortes, seguido em 2018 com 420 e 329 mortes em 2019, registrando-se, portanto, uma diminuição de 26% face a 2017 e 22% em relação a 2018. Para Luiz Mott, fundador do Grupo Gay da Bahia, a explicação mais plausível para tal diminuição se deve ao persistente discurso homofóbico do Presidente da República e às mensagens aterrorizantes dos seus seguidores nas redes sociais, levando o segmento LGBT a se acautelar mais, evitando situações que podem colocar suas vidas em risco, exatamente como ocorreu quando da epidemia da AIDS e a adoção de sexo seguro por parte dessa mesma população.

Oliveira e Mott (2020) mostram que a cada 26 horas um LGBT é assassinado ou se suicida, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra este segmento populacional. No caso das pessoas trans, elas são aproximadamente 17 vezes mais assassinadas que um gay. O relatório de 2019 mostra que 29,4% dos LGBTs foram assassinados a facadas, 21,8% com arma de fogo, incluindo estrangulamento e espancamento, muitas vezes precedidos de tortura e

15 Fonte: Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Nota pública contra a extinção do Conselho LGBT. In: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS. Brasília, 11 de julho de 2019. Acesso em 10 de julho de 2019.

agravados com a carbonização do corpo. Registraram-se mortes violentas em todos os 26 estados e no Distrito Federal.

As diversas formas de violências sofridas por pessoas trans ocorrem motivadas por discriminação devido a sua identidade de gênero. A ANTRA constatou que 94,8% da população trans sofreram algum tipo de violência, identificadas como violências por sua identidade de gênero. Em 2020, só no primeiro bimestre, a ANTRA registrou 38 casos de assassinatos, o que representa um aumento de 100% em relação aos dois meses anteriores (NOV/DEZ - 2019), quando ocorreram 19 registros. No segundo bimestre, enquanto o Brasil enfrentava o início da pandemia do coronavírus, o número de casos para o ano apresentou um aumento assustador de 68%, indo de 38 para 64 registros. Seguindo a mesma tendência de aumento, o terceiro bimestre foi de 64 para 89 casos, representando 39% de aumento em relação ao bimestre anterior. A Associação também apontou que o Brasil é o país que mais mata por transfobia no mundo. Dos casos de transfeminicídios registrados em 74 países, cerca de 40% ocorreram no Brasil. Além do elevado número de mortes, o assassinato de transexuais chama atenção ainda em razão da brutalidade de suas circunstâncias.

Segundo dados do Boletim nº03/2020 da Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, o Brasil chegou a 89 assassinatos de pessoas trans no primeiro semestre de 2020, com aumento de 39% em relação ao mesmo período do ano de 2019. Para a ANTRA, estes assassinatos continuam aumentando pela falta de ações do Estado, mesmo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu recentemente a LGBTIfobia como uma forma do crime de racismo.

Esta situação se agravou ainda mais, conforme dados do Boletim nº 05/2020, que apresentou os números de assassinatos de travestis e transexuais no período de 01 de janeiro a 31 de outubro de 2020. O Brasil chegou a 151 assassinatos, um número 22% superior ao ano de 2019, onde houve 124 assassinatos. Este foi o quinto aumento consecutivo em 2020. A ANTRA denuncia que o Governo atual tem ignorando esses índices, e que em dois anos de governo, não implementou nenhuma medida de proteção junto a população LGBT.

Conforme anunciamos no início deste artigo, os dados apresentados aqui não formam todo o conjunto de situações de violências e desamparos vivenciados pelas pessoas LGBTs. Porém, acreditamos que as informações apresentadas são suficientes para nos fazer entender quão grandes são os desafios cotidianos enfrentados por elas, e

quão urgentes se tornam as ações, denúncias, parcerias e mobilizações para que sejam superados estes tempos, este cenário desolador.

Considerações Finais

Ao encerrarmos este artigo, gostaríamos de citar o Artigo 7º da Declaração Universal dos Direitos Humanos - DUDH, que afirma que todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Vimos ao longo deste nosso estudo, que várias tem sido as iniciativas ao longo dos anos para proteger, criar políticas públicas e fortalecer a população LGBT. Leis foram criadas, Decretos foram publicados, Eventos foram realizados, etc. Mas infelizmente não temos elementos para afirmar que as pessoas LGBTs estão protegidas pelo artigo da DUDH supracitado, ou que as violências diminuíram, e que visualizamos um futuro breve menos violento.

Não, não temos como encerrar este artigo desta forma. As pesquisas apresentadas aqui mostraram que ainda são inúmeros os desafios. Compreendemos que é insustentável, inadmissível e desumano vermos tantos assassinatos de mulheres, pessoas LGTBs, homens e mulheres negras, religiosos de matrizes africanas, animais, crianças, etc. Isto tem que nos causar horror diário, tem que estar em nossas maiores indignações.

Segundo Barroco (2014) a intolerância percorre a trajetória da humanidade, destacando-se a religiosa e a étnica como dois grandes marcos da opressão e injustiça, a exemplo da escravidão, da Inquisição, dos genocídios. A autora nota que hoje, no Brasil, vivemos um cenário de barbárie intolerável, com práticas de “justiceiros” contra jovens infratores, execuções sumárias realizadas pela polícia, eliminação de grupos e populações indígenas, camponesas, quilombolas pelos latifundiários, entre outros.

Para Barroco (2014) há uma intelectualidade irracionalista de direita que encontra espaço para se promover em jornais, em programas de TV, em cursos, em publicações próprias, que reproduz práticas de intolerância, defendendo o rebaixamento da maioria penal, o armamento da população e o uso da força pelo Estado. Este grupo vê como inimigos da burguesia e das classes médias os pobres, os favelados, os jovens moradores das periferias, os indígenas, os trabalhadores do campo e da cidade, as forças organizadas de esquerda, os

setores progressistas, os movimentos sociais e os militantes de direitos humanos.

De fato, a polarização ideológica que aflorou nos últimos anos, a radicalização entre os da direita e os da esquerda, discursos de ódio e separação entre o “nós” e os “outros”, representam um retrocesso e até mesmo uma ameaça à democracia. Torturadores do período da ditadura militar são exaltados, vítimas daquele período são desdenhadas, ONGs e movimentos sociais desacreditados.

Estes tempos nebulosos por vezes podem aparentar uma situação sem saída, e bastante desanimadora. Porém, estamos vendo no cenário político mudanças significativas, que em médio prazo, podem resultar em importantes transformações sociais, culturais e políticas. Desde o ano de 2014, a ANTRA realiza o monitoramento, pesquisa dos perfis e publicação da representatividade LGBT nas eleições brasileiras. Nas eleições municipais ocorridas em 2020 a ANTRA¹⁶ identificou a candidatura de 294 travestis, mulheres transexuais e homens trans. Deste total, 30 pessoas trans foram eleitas, representando um aumento de 275% de pessoas trans eleitas em relação ao pleito municipal de 2016. Na cidade de São Paulo, a mulher mais votada para a Câmara de vereadores é transexual: Erika Hilton (PSOL) obteve 50.447 votos.

Estas mudanças, ainda que paulatinas e embrionárias, significam que as vozes antes silenciadas estão falando, que os corpos feridos estão se reerguendo e as pessoas LGBTs estão se permitindo sonhar e agir, demonstrando que não existem discursos de ódio suficientes capazes de levá-los a desistir e aceitar como natural a violência e o preconceito. Elas não serão silenciadas e não desaparecerão. Há esperança, há força e há atitudes que nos inspiram e nos levam a entender que é preciso resistir. Resistência é o lema daqueles que querem o amor, e não o ódio; a liberdade, e não a tortura; a vida e não a morte.

Referências bibliográficas

BARROCO, Maria Lucia. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, nº119, p. 468-481, jul./set. 2014.

¹⁶ Fonte: CANDIDATURAS TRANS FORAM ELEITAS EM 2020. <https://antrabrasil.org/noticias/>. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

BORTONI, Larissa. Expectativa de vida de transexuais é de 35 anos, metade da medianacional. <https://www12.SENADO.LEG.BR/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional.20/06/2017>. Acesso em 30 de dezembro de 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia**: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 1999.

Conselho Federal de Medicina também alterou a faixa etária para a cirurgia de redesignação sexual de 21 para 18 anos, www.CARTACAPITAL.com.br. 09 de janeiro de 2020. Acesso em 09 de janeiro de 2020.

Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Nota pública contra a extinção do Conselho LGBT. In: **CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Brasília, 11 de julho de 2019. Acesso em 10 de julho de 2019.

DUARTE, Marco José de O. Diversidade sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: **Em Pauta**: Teoria social e realidade contemporânea. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, v. 9, n.28, dezembro de 2011.

FISCHER, André. **Como o mundo virou gay?** Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

FRASER, Nancy. Repensando o reconhecimento. **Revista Enfoques**: revista semestral eletrônica dos alunos do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.114-128, agosto 2010. Em: <http://www.enfoques.ifcs.ufrj.br>.

GUIA de direitos humanos GLBT. **Governo de Minas Gerais**. Ministério Público – MG. Belo Horizonte, 2008.

FURLANI, Jimena. Políticas identitárias na educação sexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer - uma política pós-identitária para a educação. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 9 n2, 2º semestre 2001.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de, MOTT, Luiz Domingos de Oliveira. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil – 2019**: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PARKER, Richard [Etall] **A AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA/IMS-UERJ/RelumeDumará, 1994.

PUTTI, Alexandre. Crimes de ódio contra a população LGBT serão punidos na forma do crime de racismo, cuja conduta é inafiançável e imprescritível. www.CartaCapital.com.br. Acesso em 15 de Junho de 2019.

_____. Terapia da “cura gay” é proibida pelo STF. www.CARTA CAPITAL.com.br. Acesso em 25 de Abril de 2019.

_____. Damares recebe grupo de ex-gays e psicólogos que defendem a cura LGBT. **CARTA CAPITAL**, 8 de agosto de 2019. Acesso em 10 de agosto de 2019.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. "Pai é tudo igual?": significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: PISCITELLI, A; GREGORI, M. F; CARRARA, S. (Orgs.) **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.